



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 17/21, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira
Sr. Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia

Pelas catorze horas e quarenta minutos, no Auditório do Centro Cultural de Tábua, o Senhor Presidente da Câmara, após apresentação dos habituais cumprimentos aos elementos do Executivo, colaboradores do Centro Cultural e secretária das Reuniões da Câmara e todos os presentes, deu início à reunião com o período anterior ao do “*Antes da Ordem do Dia*”, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Faltou à presente reunião por motivos de índole pessoal inadiáveis, o Senhor Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira, sendo substituído pelo Senhor Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto nos termos do art.º 78.º e 79.º, n.º 1 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, falta esta considerada justificada.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO



CÂMARA MUNICIPAL

Não se registando público na Reunião, o Senhor Presidente da Câmara passou, de imediato, ao período seguinte, em cumprimento do artigo n.º 52.º da Lei n.º 75/2013 de setembro, na sua atual redação.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

No Período de Antes da Ordem do Dia e no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, começou por dar conhecimento que *“todas as obras que faziam parte do nosso plano de investimentos e que foi aprovado quer em reunião de Câmara, quer em Assembleia Municipal, estão adjudicadas, havendo duas situações que tinham ficado com concursos desertos mas que, entretanto, cumpriu o que é a legislação de se concretizarem por consulta prévia. Por isso, todas as obras estão adjudicadas e, também, já se encontram em curso algumas delas e seguidamente irá ser dado cumprimento aquilo que é o plano que estava estabelecido”*.

Prosseguiu, dando igualmente nota também que *“.foram dadas como concluídas todas as obras das infraestruturas, inclusive as ligações da energia elétrica às infraestruturas de saneamento de Sinde e, também, da Lageosa, Espadanal e Vila Seca, tendo sido emitidos os editais para que as pessoas possam pedir a sua ligação à rede de saneamento e colocar o mesmo em funcionamento, sem qualquer pagamento de taxas, uma vez que as ligações também faziam parte da candidatura. Por isso, os munícipes das Uniãos de Freguesias de Ázere e Covelo e de Espariz e Sinde e, neste caso, no que toca a Sinde, Espadanal, Lageosa e Vila Seca, já poderão ir à Câmara só apenas entregar o pedido, ou submete-lo via eletrónica, para se proceder à ligação do respetivo ramal e ficar em pleno funcionamento. Portanto, as redes estão totalmente concluídas e em funcionamento”*.



CÂMARA MUNICIPAL

No que respeita à rede de Pinheiro de Coja, também, está concluída, aguardando-se, apenas, os procedimentos e a ligação da parte de energia elétrica, relativamente a Meda de Mouros e a Pinheiro de Coja.

Quanto a Sevilha julga *“ser somente necessário o procedimento da parte da energia elétrica que está pendente e em Espariz, também, está em fase de conclusão. Aliás, a obra está praticamente concluída, existindo somente pequenas situações para resolver e que o empreiteiro se comprometa a resolver rapidamente. Portanto, este plano de investimentos que é um plano muito arrojado, um plano de grande volume financeiro desenvolvido de uma forma transversal pelo nosso concelho e que está a ser levado a efeito ou está concluído. E, por isso, chegar ao fim do mandato e sentirmos que cumprimos aquilo que era o nosso dever ou aquilo que foi planeado e que, efetivamente, estava previsto nos nossos orçamentos é, sem dúvida, motivo de satisfação, sentimento que nutre particularmente, por poder contribuir para que os Tabuenses tenham uma vida mais digna, com mais qualidade e, obviamente, o concelho tenha uma rede de saneamento que ultrapassa largamente os 80% com a conclusão destas obras”*.

Nada mais tendo a acrescentar, passou a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem sobre o que entenderem por conveniente.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. RICARDO CRUZ:

Usando da palavra e após ter apresentado cumprimentos ao Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores e aos restantes presentes na reunião de Câmara, deu nota que a Câmara de Tabua já divulgou a segunda edição da “Escola de Queijeiros”, uma iniciativa integrada no âmbito da estratégia do Programa de Valorização da Fileira do Queijo da Região Centro, em que se prevê angariar e potencializar estes novos desígnios e novos queijeiros.



CÂMARA MUNICIPAL

No seguimento do referido pelo Senhor Presidente, disse partilhar com a satisfação e alegria manifestadas pelo mesmo, tendo em consideração *“os procedimentos que são feitos ao longo do tempo, desde a questão dos pedidos para o Tribunal de Contas inerentes ao empréstimo, desde a questão de lançamento de concursos, desde a questão da execução da obra. Portanto, tudo aquilo que demora muito tempo, hoje em dia, na função pública e todos estes procedimentos que nos levam, obviamente, a que após a conclusão das obras o que mais interessa seja sempre aquilo que é o aumento da qualidade de vida e, neste caso, em concreto no âmbito da mobilidade e, também, na questão do saneamento básico, uma questão também tão cara e que dá tantas preocupações às pessoas e que as obras demoram tanto tempo para serem executadas”*.

Seguidamente, deu nota que a praia fluvial da Ronqueira recebeu a Ação Praia Climagir, em conjunto com o Município e a Associação Bandeira Azul, no âmbito de uma candidatura da CIM Região de Coimbra.

Neste contexto, transmitiu que, no passado dia 16 de agosto, o Município promoveu a ida dos ATL's ao referido local e ao parque de merendas, onde puderam recolher os lixos deixados no mesmo, por falta de cuidados das pessoas e que serviu de sensibilização às crianças, que serão os adultos de amanhã, para que modifiquem os seus comportamentos.

Prosseguiu, dando nota das diversas atividades físicas promovidas pelo Município durante as férias de verão e integradas na iniciativa “Verão Ativo 2021” e que têm estado a decorrer entre 12 e 28 de agosto.

Para além, da abertura das atividades físicas no Ginásio Municipal, fez menção às atividades gratuitas realizadas ao ar livre, de modo a que as pessoas possam fazer exercício físico de forma mais descontraída, dando-se, também, oportunidade aos visitantes que estão em Tabua de participarem nas mesmas.

Ainda no capítulo do desporto, informou que a Escola Municipal de Nataação foi distinguida pela Federação Portuguesa de Nataação com a atribuição de mais uma certificação, fruto do trabalho que tem vindo a desenvolver e que representa um



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

patamar de excelência na qualidade, tendo sempre a noção de que as instalações das Piscinas Municipais estão limitadas, em termos da sua longevidade mas, ainda assim, foi-nos atribuído o nível 3 ouro.

Finalizou a sua intervenção, transmitindo que o Município também foi distinguido com o “ Selo de Envelhecimento Ativo”, no âmbito da promoção do Movimento Sénior e das iniciativas que tem direccionadas às IPSS's.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.ª SÍLVIA FERREIRA:

No uso da palavra e após apresentação de cumprimentos a todos os presentes na reunião, a Senhora Vereadora, Eng.ª Sílvia Ferreira partilhou que, no passado dia 23 de agosto recebeu um e-mail do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), comunicando a aprovação da Estratégia Local de Habitação, bem como a aprovação da celebração de um contrato com o mesmo que, na sua ótica, é sinónimo de que o trabalho desenvolvido neste documento deu frutos, no último ano, facto que, como exteriorizou “ *a emocionam bastante porque, mais uma vez, estamos a falar de habitação*”.

Transmitiu, ainda, que “*neste momento, temos estado a trabalhar na Estratégia Local de Habitação, na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário e começamos a Sociedade de Reabilitação Urbana, que é um estudo que, também, estamos a fazer*”, observando que “*nunca neste país se teve e se trabalhou tanto na política da habitação como agora. E, nós, Município de Tábua estamos a tentar aproveitar tudo o que é possível para reabilitar, reconstituir, dar condições dignas de vida aos nossos munícipes. E, é nisso que se tem focado, após os incêndios, após a reabilitação dos incêndios, sendo nestes três elementos na Estratégia, na Bolsa e na Sociedade de Reabilitação Urbana que tem focado, essencialmente, o seu trabalho*”.

Na sequência do que foi dito pela Senhora Vereadora, Eng.ª Sílvia Ferreira, interveio o Senhor Presidente para acrescentar que “*o valor aprovado pela celebração do contrato já ascende a 2 194 197,00 euros, valor deveras importante, felicitando a Senhora Vereadora por este trabalho, também reconhecido por todo o*



CÂMARA MUNICIPAL

Executivo porque, realmente, teve esse mérito, essa capacidade de fazer esse trabalho fantástico e a sensibilidade, também, para acompanhar com os Técnicos todo este processo e, dizer-lhe que, por aquilo que sei, somos dos primeiros Municípios que vamos assinar contrato, a nível nacional. Por isso, parabéns Eng.^a Sílvia porque, como Presidente do Executivo sinto-me muito grato pelo trabalho que desenvolveu”.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, ENG.º DAVID PINTO:

Usou da palavra o Senhor Vereador, Eng.º David Pinto, que após apresentação de cumprimentos a todos os presentes, começou por felicitar o Executivo pelo espetáculo “Videomapping da Vortice Dance Company”, projetado na Praça do Tribunal, nos passados dias 20 e 21 de agosto, em seu entender, digno de nota, considerando que divulgou muito daquilo que é o concelho de Tábua, quer para os visitantes, quer para todos aqueles que puderam assistir, acreditando, também, ser com estas parcerias intermunicipais que, de facto, a aposta na cultura deve ser feita.

De igual modo, destacou o espetáculo que decorreu aqui no Centro Cultural, no passado dia 15 de agosto, do Curso de Teatro e Educação da ESEC, em colaboração com o Teatrão que, em seu entender, foi também um sucesso assinalável.

Seguidamente e na sequência da informação prestada pelo Senhor Presidente relativamente à conclusão das obras de saneamento nas localidades focadas, assim como de todas as outras que estão em fase de conclusão, manifestou a sua satisfação pelo impacto que advém das mesmas, em termos de melhoria de qualidade de vida dos munícipes tabuenses.

De igual modo, gostaria de referir a sua satisfação relativamente aos inícios das pavimentações na Póvoa de Midões, no âmbito da empreitada da Promoção da Mobilidade Rodoviária do concelho, o lote 5, motivo pelo qual endereça os parabéns à Câmara, enquanto Vereador e, essencialmente, munícipe por este trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL

Por último, felicitou a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira pelo trabalho que tem desenvolvido no âmbito da habitação.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO MARTINS:

O Senhor Vereador, Dr. António Martins usou da palavra, apenas para cumprimentar os presentes, uma vez que nada tinha para referir.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, CARLOS SANTOS:

Interveio o Senhor Vereador Carlos Santos que após apresentação de cumprimentos ao Senhor Presidente, colegas Vereadores, comunicação social e a todos os funcionários aqueles que estão presentes assim como os que estão a trabalhar noutros locais, começou por solicitar ao Senhor Presidente, na qualidade de responsável pelos atos eleitorais perante a Comissão Nacional de Eleições, que houvesse um cuidado redobrado em algumas mesas de voto, atendendo ao Covid, designadamente, em Mouronho, Póvoa de Midões, Candosa, desconhecendo a situação de Covas, após as obras efetuadas, *“porque basta haver um pequeno descuido para alterar tudo e, por mais que a gente trabalhe, por mais que a gente faça, o poder político acaba por ficar numa só pessoa que não teve cuidado (...) e Meda de Mouros tem quase 90% de casos”*, como referiu.

Seguidamente, dirigiu-se à Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira endereçando-lhe os parabéns pelo trabalho desenvolvido no âmbito da habitação, sendo que, em seu entender *“criar habitações é uma forma de trazermos pessoas, de lhes criarmos condições, nesse sentido, considerando que, antigamente, os nossos antepassados, por amor à terra, mudavam o bilhete de identidade, mas o cartão de eleitor ficava na terra. Agora, como é tudo automático só quem sabe é que muda moradas, mas depois têm outros problemas e isto é muito complicado. Estamos num bom caminho e tenho pena que não continue, mas a vida é assim mesmo. Obrigada e, tal como o Senhor Presidente, também me sinto lisonjeado pelo trabalho que fez”*.



CÂMARA MUNICIPAL

Sobre a questão relativa às mesas de voto o Senhor Presidente referiu tratar-se, efetivamente, de uma competência do Presidente da Câmara e do Executivo acautelar essas situações. Contudo e sendo uma situação preocupante referiu, nesse sentido, que existe uma equipa da Câmara a trabalhar, juntamente, com a Proteção Civil, de modo a preparar-se tudo com o rigor que a situação exige para que não haja problemas, à semelhança do que aconteceu nas eleições presidenciais, tendo todas as instalações sido já verificadas e estando, por isso, convicto que tudo vai correr da melhor forma.

Presumindo que o Senhor Vereador, Carlos Santos se está a referir, também, às mesas das secções de voto da freguesia de Midões que, nas últimas eleições, funcionaram no espaço da Associação, interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, para acrescentar ao já referido pelo Senhor Presidente da Câmara, que o proposto foi tido em consideração. Contudo, nas autárquicas, ao serem utilizadas as instalações do Jardim de Infância, entende que, também, não será o melhor local para o efeito, porque tem o constrangimento de na segunda-feira, pelas 7h30m, já estar a funcionar nas mesmas o ATL. Mas, quanto a isso, *“a equipa afeta ao ato eleitoral, de forma isenta, séria e com um trabalho bastante rigoroso e ponderado, irá divulgar os locais tendo em consideração estes efeitos colaterais”*, como referiu.

Ainda sobre o assunto, usou da palavra, o Senhor Vereador, Carlos Santos referindo que *“só queremos comodidade e que tudo corra bem”*.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, JOAQUIM GARCIA:

Após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os presentes na reunião, interveio o Senhor Vereador, Joaquim Garcia para questionar o Senhor Presidente sobre a ligação do saneamento à Quinta do Rodrigo, bem como sobre o PDM do concelho, dada a proximidade do fim do mandato.

Relativamente à primeira questão, o Senhor Presidente da Câmara informou que a ligação ao saneamento está a aguardar somente a contratação do



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature and initials in blue ink]

equipamento da ETAR, que se cifra em cerca de 100.000 euros, estando a decorrer o processo da contratação pública por Consulta Prévia a três entidades, prevendo-se, portanto, avançar com esses trabalhos, brevemente.

No que respeita ao PDM de Tábua, referiu que “o PDM foi uma batalha muito grande e que está quase ganha. Neste caso, já tivemos a 1.^a reunião, das duas reuniões finais, com a CCDRC e com todas as entidades intervenientes, no passado dia 6 de julho, tendo algumas delas já emitido os seus pareceres e das questões que foram colocadas pode informar que não se prenderam com o Plano em si, mas somente com o facto de verem vertido no mesmo, por exemplo, os marcos geodésicos e plantas, com melhor definição, de modo a facilitar a sua consulta por todas as pessoas.

Neste sentido, transmitiu que “a equipa do PDM pegou logo nesse trabalho, e até ao final deste exercício autárquico, ainda espera que se realize a 2.^a e última reunião para encerrar o processo. Contudo, o mesmo não estará em vigor no citado período, tendo em consideração que terá de ser presente à Assembleia Municipal, após ser submetido a discussão pública. No entanto, podemos dizer que o PDM está resolvido. Está finalizado. Pode haver, eventualmente, algum pedido no período em que o mesmo esteja em discussão pública, que raramente acontece, mas, garantidamente, vamos ter o PDM em vigor, até ao final do ano”.

Tratou-se, efetivamente, “de uma luta muito grande. Uma luta que não foi fácil, com os incêndios pelo meio (...), em que não era possível construir nas áreas ardidas e que se bem se lembram, foi aqui deliberado e aprovado pela Assembleia Municipal contrariar essa situação (...), sendo as respetivas deliberações remetidas às entidades competentes, para os devidos efeitos. (...) Portanto, os Tabuenses podem ficar tranquilos porque nas áreas ardidas o PDM também vai poder permitir construção, sendo que, em seu entender, foi um trabalho que todos realizamos com muita responsabilidade e que é muito importante para o desenvolvimento do concelho”.



CÂMARA MUNICIPAL

De igual modo, informou *"ser completamente falso e sem qualquer fundamento aquilo que se diz na comunicação social "que não se pode construir nas aldeias e em lado nenhum". Isso aí, só quem não sabe o que é um PDM, pode fazer uma afirmação dessas. E, lamento que isso seja dito, seja escrito e, por alguém que é candidato a uma Câmara Municipal. Denota, realmente, uma falta de conhecimento e uma irresponsabilidade, porque não diz a verdade aos Tabuenses. E, isso também é preciso que se diga. Eu tenho coragem para o dizer, seja ou não seja candidato. Nós temos de ser responsáveis e temos que assumir isso. Portanto, deixo aqui este recado, porque eu quando não sei pergunto, quando não tenho conhecimento da matéria não me pronuncio e, quando tenho dúvidas, questiono quem sabe. É essa a minha obrigação e, também, de esclarecer os Tabuenses. Nunca respondi a isso politicamente, nem respondi à comunicação social. Contudo, é lamentável esse tipo de informação que realmente não faz qualquer sentido, nem corresponde à verdade. E, quem é candidato e que tem responsabilidades, no mínimo, devia ter esse tipo de informações mais seguras, porque inventar não dá votos a ninguém (...) E, acrescentar que quando as pessoas dão tiros nos pés acabam por se queimar a eles próprios. Agora, eu sei o que digo, sei o que faço e assumo aquilo que digo e que faço. Por isso, aquilo que disse sempre aos Senhores Vereadores, desde o início do mandato e dos mandatos anteriores, é que eu não vim para a Câmara para me prejudicar, nem para prejudicar ninguém, ou seja, estou aqui para trabalhar de uma forma séria, honesta e responsável (...). Nunca me dei mal com a minha maneira de ser. Sou respeitado e respeito as pessoas, porque tenho uma forma de trabalhar que é a dizer a verdade".*

Ainda sobre este assunto do PDM, manifestou o seu contentamento pelo facto do Senhor Vereador, Joaquim Garcia ter questionado a situação em que o mesmo se encontra e referir, uma vez mais, que *"o que se diz não corresponde à verdade. É uma falsa informação. É uma informação vergonhosa que não tem qualquer fundamento. Há limitações sim enquanto não tivermos o PDM. Há situações que não se podem ultrapassar, mas quando tivermos o PDM já o poderão ser. Mas,*



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

dizer que não se pode construir em lado nenhum é completamente uma falta de conhecimento e de responsabilidade, aliás, nós estamos a aprovar projetos todos os dias nas nossas aldeias”.

No seguimento do que o Senhor Presidente proferiu, interveio o Senhor Vereador, Carlos Santos referindo “ *a respeito desta questão do PDM, que se sente tocado na sua pessoa, como Diretor de campanha, e que, no caso de Meda de Mouros, a partir da Capela de São Marcos, da cortada para a oficina do Mota, não se pode construir”.*

Perante o referido, o Senhor Presidente respondeu que “*havia zonas que, neste momento, não era permitido porque o PDM não o permitia. Mas, que o novo PDM ia permitir algumas situações. E, outra coisa é dizer que “ em lado nenhum das aldeias se pode construir. Isso é que é grave”.*

O Senhor Vereador, Carlos Santos retomou a palavra, defendendo tratar-se de uma questão de português, alegando, nesse contexto, o caso concreto “*de um casal que acabou por comprar um apartamento aqui em Tábua porque não conseguiu construir em Meda de Mouros e são esses casos que podem estar mal ditos, na dicção”.*

Interveio, novamente, o Senhor Presidente para referir que “ *se não houvesse necessidade de se rever o PDM, não se revia. Eu sou o primeiro a reconhecer isso. Mas, o Senhor também pode fazer a sua avaliação e o seu juízo do que tem sido a nossa luta do PDM. Do que tem sido a nossa informação do PDM e dizer que o Senhor é uma pessoa que está bem informada, tem os documentos na sua posse, desde o início do seu mandato e que pode dizer: - sim senhor, houve aqui um trabalho, uma persistência, um compromisso assumido e a Câmara Municipal vai concluir. Agora, garanto-lhe que a maioria dos Municípios nem sequer o começou (...) e nós já fizemos a cartografia em 2013. Só tenho pena que não sejamos nós, os sete, a aprovar o PDM”.*

Face ao explicado, o Senhor Vereador, Carlos Santos disse que “ *desde o início fui uma carraça constante com o PDM. O Senhor cumpriu e eu já sabia essa*



CÂMARA MUNICIPAL

informação. Agora, como Diretor de campanha do "Coragem para Mudar", posso-lhe garantir que foi uma questão de dicção, a forma como o assunto foi abordado, porque fui eu que escrevi a parte respeitante ao PDM".

Face ao transmitido, interveio a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira dizendo que também tinha lido a notícia na qual se prometia a revisão do PDM, quando a mesma já está a ser feita há vários anos, mesmo antes de ter entrado no Executivo. E, "*prometer algo que já está em curso*", em seu entender, não é de bom-tom.

Interveio, de novo, o Senhor Vereador, Carlos Santos reforçando a ideia de que se trata de uma questão de português "*e não tem dúvidas de que o Senhor Presidente quis deixa-lo pronto, porque até aqui ninguém se preocupou (...). É uma verdade que nos mandatos do Senhor Presidente houve uma mudança radical com a falta de habitações. Fazem-nos falta os tais bocados onde não podemos construir e, às vezes, as coisas ditas às pessoas, em política, não têm jeito. Aqui, assumo a minha mea culpa, como Diretor de campanha, porque fui eu que escrevi aquela nota do PDM e dei exemplos e o Senhor Fernando pode ter uma dicção diferente (...)*".

Perante o exposto, o Senhor Presidente alvitrou que o Senhor Vereador ainda está a tempo de corrigir a informação que prestou.

Por último, reforçou que "*o PDM foi, sem dúvida, um trabalho árduo, que envolveu muitas verbas e que é muito importante para o concelho, sendo "uma das bandeiras que assumiu e que vai deixar não esticada, mas praticamente cumprida, porque efetivamente o PDM vai ser uma realidade no concelho de Tabua"*.

Voltou a intervir a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira para esclarecer aquilo que é a magnitude de desenhar o mapa do concelho e reunir o consenso de 24 entidades, em que cada uma tem uma opinião acerca de 1 m2. Trata-se, como referiu, "*de um trabalho extremamente complexo. E, quando se reúne esse consenso sobre os usos dos solos destas 24 entidades, nós temos que criar parâmetros, índices, afastamentos às extremas, ou seja, tudo isso representa um trabalho que só quem mexe nestas coisas percebe a sua magnitude"*.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Ainda, falando de “quando não de pode construir após a Capela”, clarificou que “ o nosso primeiro PDM é de 1994. Os perímetros urbanos foram desenhados com base nas zonas urbanas de 1994. Ora, de 1994 até 2021, as zonas urbanas são completamente diferentes. Daí termos que adequar o PDM, porque as edificações que existiam em 1994, consideradas de perímetro urbano, representavam uma mancha mais pequena. Felizmente que o concelho cresceu muito, graças aos seus perímetros urbanos que também cresceram. E, o combate do PDM é poder aumentar as áreas urbanas para que se possa construir. Mas, também, não é aquilo que nós queremos exatamente. A Reserva Ecológica, a Reserva Agrícola e o ICNF têm uma palavra a dizer. E, se formos a pensar, também não pode crescer de um modo descontrolado. Existem arruamentos, existe o saneamento, existe o abastecimento. Mas, efetivamente, já estava em vigor quando entrei e o Senhor Presidente impulsionou bastante para que a revisão se fizesse pelos munícipes e vai, realmente, ser uma realidade no nosso concelho”.

Neste sentido, usou novamente da palavra o Senhor Vereador, Carlos Santos referindo que também lutou pelo PDM.

Também, a respeito do PDM, interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz para reforçar o excelente trabalho que tem sido feito neste âmbito e que tem de ser acoplada de uma questão de todos nós defendemos, pelo menos temos isso em consideração e que se prende, designadamente, com a possibilidade de incentivar aquilo que é a reabilitação do património edificado, uma vez que a revisão do PDM irá permitir novas construções, mas também temos de olhar para as construções antigas e olhar para a reabilitação das mesmas, porque também é bastante importante e, se não o conseguirmos fazer de modo conjunto, continuamos com alguns problemas.

Neste sentido, usou novamente da palavra o Senhor Vereador, Carlos Santos referindo que também lutou pelo PDM.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara passou, seguidamente, ao ponto II da Ordem de Trabalhos.



CÂMARA MUNICIPAL



II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. PROTOCOLO DE PARCERIA A CELEBRAR ENTRE O INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA E O MUNICÍPIO DE TÁBUA - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO AVISO Nº. 11 PRR/2021 – IMPULSO JOVENS STEAM E IMPULSO ADULTOS/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 242 - Presente o Protocolo de Parceria, que se dá por reproduzido, outorgado no passado dia 23 de agosto, entre o Instituto Politécnico de Coimbra e o Município de Tábu, nos termos das alíneas r) e u), n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e que visa a intenção da formalização de um consórcio para o desenvolvimento dos programas de formação Impulso Jovens STEAM e Impulso Adultos, no âmbito da candidatura ao aviso n.º 01/PRR/2021.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o ato administrativo praticado pelo Senhor Presidente da Câmara, de acordo com o consagrado no n.º. 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.

2. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO GERAL – DARK SKY ALDEIAS DO XISTO CELEBRADO ENTRE A ADXTUR, ASSOCIAÇÃO DARK SKY, TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL, COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA E AS CÂMARAS MUNICIPAIS DO TERRITÓRIO CERTIFICADO STARLIGHT TOURISM DESTINATION/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 243 - Presente o Protocolo de Cooperação Geral, que se dá por reproduzido, outorgado no passado dia 8 de julho do ano em curso, entre a ADXTUR, Associação Dark Sky, Turismo do Centro de Portugal, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e as Câmaras Municipais do Território Certificado Starlight Tourism Destination, nos termos da alínea o), n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013,



CÂMARA MUNICIPAL

9

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

de 12 de setembro, na sua versão atual, e que visa a implementação do Projeto Dark Sky Aldeias do Xisto.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o ato administrativo praticado pelo Senhor Presidente da Câmara, de acordo com o consagrado no n.º 3, do artigo 35.º do citado diploma legal.

3. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA A REQUALIFICAÇÃO À ZONA ENVOLVENTE DA IGREJA MATRIZ DE TÁBUA – FÁBRICA DA IGREJA DA PARÓQUIA DE SANTA MARIA MAIOR.

Deliberação n.º 244 - Presente a minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Tábua e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tábua, elaborado pela Dra. Alexandra Bento, na sequência do pedido de apoio formulado por aquela entidade eclesial em 20 de junho do ano em curso e destinado à realização da requalificação da zona envolvente da Igreja Matriz de Tábua e a reabilitação exterior do edifício, com determinadas intervenções urbanísticas, designadamente, sistema viário/circulação do peão, estacionamento automóvel, arranjo paisagístico, e conservação da Igreja, de acordo com o mapa de trabalhos, constante no procedimento contratual da Consulta Prévia n.º 56-E/2021 – Empreitada de obra pública, no valor de 149.990,00€, ao qual acresce I.V.A., à taxa legal em vigor, conforme documentos que se dão por reproduzidos.

Dada a natureza do assunto a Câmara Municipal de Tábua deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a minuta do Contrato-Programa em questão, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, em conjugação com o Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios, publicado em Diário da República, de 25 de outubro de 2010, tendo em consideração que:

- A cultura, património e promoção do desenvolvimento são atribuições do Município, sendo da competência dos órgãos municipais apoiar obras de



CÂMARA MUNICIPAL

conservação, manutenção e beneficiação de instalações afetas ao desenvolvimento das atividades relacionadas com a cultura e o património, bem como a promoção e divulgação de eventos ligados ao património cultural e religioso do Município de Tábua, nos termos do artigo 23.º, n.º 2, alíneas e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e de acordo os artigos 1.º e 2.º, n.º 1, alíneas b) e e) e n.º 3 do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 25 de outubro de 2010, e ainda ao abrigo do definido nas Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, aprovada pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;

- Compete à edilidade promover e incentivar a recuperação e manutenção do património religioso nas suas diferentes manifestações, valorizando os espaços e equipamentos disponíveis, atendendo a critérios de qualidade;
- A Igreja Matriz de Tábua, é um templo que tem por titular Santa Maria Maior e que é herdeira de um importante património, quer ao nível da estatutária, quer no que respeita à ourivesaria e paramentaria, assim como é detentora de um espólio ao nível da retabulária (arte das igrejas paroquiais de Oitocentos);
- O Município de Tábua reconhece a importância do património religioso em contexto das diversas atividades culturais, religiosas e recreativas, com os respetivos eventos religiosos, comemorados desde tempos imemoriais, com interesse para a população local e regional e originários do concelho de Tábua, que se deslocam à Vila.
- A Câmara Municipal aprovou um projeto cuja implementação exige a constituição de uma parceria entre duas entidades, solidariamente comprometidas na sua realização.

4. AJUSTE DIRETO N.º 47-E/2021-EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM SARAH BEIRÃO – ESPAÇO JOVEM – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL

N.º 208, TOMADA NA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA DE 22 DE JULHO DE 2021.

Deliberação n.º 245 - Considerando que os Serviços da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente (DOSUA) detetaram uma incorreção no ponto 2 da deliberação n.º 208 - (ponto n.º 7 – Concursos e Consultas), tomada na Reunião Ordinária da Câmara de 22/07/2021, em que foi omitida, por lapso, a menção da empresa convidada para a formalização do contrato do Ajuste Direto n.º 47-E/2021, inerente à empreitada “Requalificação do Jardim Sarah Beirão – Espaço Jovem”, o Senhor Presidente da Câmara propôs a sua retificação, no sentido de no n.º 2, da mesma, passar a constar o seguinte:

2. “Adotar o procedimento de **Ajuste Direto**, com convite à entidade à entidade Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A., para a formação do contrato, nos termos do artigo 24.º, ponto 1, alínea b) do CCP, com a referência AD 47-E/2021, porque em anterior concurso público (CP 33-E/2021), todas as propostas apresentadas foram excluídas e o caderno de encargos não sofreu qualquer alteração”.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta de retificação da deliberação em causa, nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, mantendo-se, todo o restante conteúdo.

DOPGU – DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

5. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 246 – Por proposta do Senhor Presidente da Câmara o presente ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos, tendo merecido a aprovação unânime de todos os elementos do Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EDUCAÇÃO

6. ESEC – TEATRO E EDUCAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICIPAL/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 247 – Presente o e-mail datado de 20 de julho do ano em curso, que se dá por reproduzido, através do qual a aluna Inês Nunes, frequentadora do último ano da licenciatura de Teatro e Educação, com residência na freguesia de Midões, deste concelho de Tábua, solicitou autorização para apresentação pública de um espetáculo de teatro, no Centro Cultural, no passado dia 15 de agosto, no âmbito do estágio ESEC.

Considerando haver disponibilidade da referida infraestrutura municipal para os efeitos, dia e fins pretendidos foi o mesmo autorizado por despacho superior, tendo a Câmara deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o ato administrativo em questão, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,